

A ESCOLA CONSERVADORA FRENTE AOS NOVOS PARADIGMAS DE INCLUSÃO

COSTA, Rose Gleyce Santos
roseglleyce@hotmail.com

OLIVEIRA, Eliane Vasconcelos. Graduada em Letras/Português, Pós Graduada em Língua Portuguesa, Profª Tutora do curso de Letras-Português da Universidade Tiradentes-UNIT.
eliane_oliveira@unit.br.

RESUMO

Dada a importância da política de inclusão na comunidade escolar, o presente artigo propõe fazer uma simples abordagem sobre a educação inclusiva como parâmetro para a construção de uma escola democrática que acolha a todos os alunos e dêem respostas às suas necessidades específicas, e também que promovam o desenvolvimento, a fim de avançar para sociedades mais justas, integradas e democráticas.

O princípio fundamental do Marco de Ação da Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais (Salamanca, 1994) é que “todas as escolas devem acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições pessoais, culturais ou sociais; crianças deficientes e superdotadas/altas habilidades, crianças de rua, minorias étnicas, lingüísticas ou culturais, de zonas desfavorecidas ou marginalizadas, o qual traça um desafio importante para os sistemas escolares. As escolas inclusivas representam um marco favorável para garantir a igualdade de oportunidades e a completa participação, contribuem para uma educação mais personalizada, fomentam a solidariedade entre todos os alunos e melhoram a relação custo - benefício de todo o sistema educacional”.

PALAVRAS – CHAVE: Escola, diferenças, democratização, inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe fazer um estudo sobre a escola conservadora frente aos novos paradigmas de inclusão, dando ênfase à educação especial e as atribuições da escola inclusiva, com capacidade de desconstruir o sistema de significação excludente da escola atual, com suas medidas e mecanismos arbitrários de produção da identidade e da diferença.

No decorrer do trabalho serão abordados também alguns aspectos históricos do ensino inclusivo como uma categoria que historicamente faz-se fortemente presente no cotidiano escolar e que tem se chocado com o caráter eminentemente excludente, segregativo e conservador do nosso ensino, em todos os seus níveis: básico e superior.

O objetivo deste trabalho é compreender através de simples abordagens a educação inclusiva como um amplo projeto educacional para todos, no desejo de assegurar a homogeneidade das turmas escolares nas salas de aula e fora delas.

A partir desta perspectiva, o trabalho traz uma reflexão importante sobre a exclusão nas escolas e que acaba gerando a discriminação social. Uma das mais sérias e influentes razões para que essa situação se mantenha é a neutralização dos desafios que a inclusão impõe ao ensino comum e que mobiliza o professor a rever e a recriar suas práticas e a entender as novas possibilidades educativas trazidas pela escola para todos.

Desta forma, este estudo tem a finalidade de descrever o paradigma da inclusão como parâmetro para a construção de uma escola democrática e de mecanismos de efetivação de projetos políticos pedagógicos que privilegiem o respeito às diferenças, numa transformação histórica para os processos de exclusão, presentes na educação brasileira.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desse trabalho, foi feita uma análise de textos dos mais renomados escritores e críticos em Educação Brasileira, a fim de dar embasamento ao assunto proposto.

Por isso, esta pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, foi desenvolvida a partir de materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros, sites da internet e artigos. Todos os estudos são exigidos algum tipo de trabalho desta natureza, à pesquisa desenvolvida a partir de fontes secundárias (pesquisa bibliográfica).

A utilização das informações coletadas através dos livros foram cruciais a fim de que desse embasamento para o assunto proposto, na intenção de que o trabalho seja preponderantemente de caráter qualitativo. Por isso, foi importante, investigar os acontecimentos históricos da educação inclusiva, para entender a situação da inclusão no ensino brasileiro.

Dessa forma, para facilitar o desenvolvimento do presente trabalho, este foi dividido em duas partes: a primeira tecendo comentários sobre o contexto histórico da Educação Especial dos séculos XIV ao XXI e o perfil do ensino nesta época, e a segunda, mostrando as atribuições da escola inclusiva, previstas na nova LDB e na Declaração de Salamanca e o contexto da educação especial no Brasil. Com isso, torna possível as discussões para professores e alunos interessados sobre a inclusão escolar. Outra questão importante foram as citações dos escritores, que sem dúvida, foram “ferramentas” fundamentais para compreender melhor o tema tratado.

EDUCAÇÃO ESPECIAL DO SÉCULO XIV AO SÉCULO XXI

A história da atenção educacional para pessoas com deficiência tem quatro fases distintas: exclusão, segregação, integração e inclusão.

A pedagogia da exclusão tem origens remotas, condizentes com o modo como estão sendo constituídas as relações humanas. Pessoas portadoras de deficiência, aquelas com necessidades especiais, sempre foram consideradas como “doentes” e incapazes frente aos padrões de normalidade. Neste sentido afirma Morin “sob o conformismo cognitivo há o imprinting cultural, marca matricial que inscreve o conformismo a fundo, e a normalização que elimina o que poderia contestá-lo”.¹

As situações sociais sempre proporcionaram a estas pessoas desvantagens no que se refere às interações sociais, ocupando o espaço da caridade, da filantropia e da assistência social.

Desde o século XIV, a exclusão de indivíduos é uma prática constante, isto é, a eliminação de pessoas indesejadas, pois valores éticos, morais e o modelo médico estão fortemente enraizados. A prática de retirá-los do convívio social, seja enviando-os em embarcações marinhas seja fechando-os em celas e calabouços, asilos e hospitais, é um elemento predominante desta época.

No século XVII, na Europa, a internação dessas pessoas é um grande movimento, um período de segregação e categorização dos indivíduos, internando a loucura pela mesma razão que a devassidão e a libertinagem (Foucault).

“Os indivíduos excluídos eram alienados, separados em grupos, entre os quais, indigentes, vagabundos e mendigos; prisioneiros; “pessoas ordinárias”; “mulheres Caducas”; velhas senis ou enfermas”; “velhas infantis”;

¹ O imprinting cultural marca os humanos desde o nascimento, primeiro como selo cultural familiar, da escolar em seguida, depois prossegue na universidade ou na vida profissional.

peessoas epiléticas; “inocentes mal formados e disformes, pobres bons”; “moças incorrigíveis”.

(Foucault, 2002, p. 75).

A trajetória das pessoas com necessidades educativas especiais, ou seja, as pessoas portadoras de deficiência, é marcada pela exclusão, pois elas não eram consideradas pertencentes à maioria da sociedade; eram abandonadas ou mortas.

Durante o século XIX e início do século XX iniciou-se o atendimento em instituições especializadas das quais destacam-se a Escola Rodrigues Alves e a Sociedade Pestalozzi, sendo assim uma prática segregativa.

A partir dos anos 60, passou-se à prática da integração social, quando surgiram as classes especiais dentro das escolas comuns, o que aconteceu não por motivos humanitários e sim para garantir que as crianças deficientes não “interferissem no ensino” ou não “absorvessem as energias do professor” a tal ponto que o impedissem de “instruir adequadamente o número de alunos geralmente matriculados numa classe”.

Embora seja pouco expressivo o crescimento da oferta de vagas em Educação Especial, nos últimos 25 anos, este período marca o início da chamada institucionalização da Educação Especial, com os planos setoriais de educação da década de 70.²

SUPERANDO A EXPERIÊNCIA E OS PADRÕES DO PASSADO

No passado, foi decidido que algumas crianças ou alguns adultos deveriam ser excluídos do meio social, das salas de aula e das comunidades regulares porque eram consideradas uma ameaça à sociedade. Os motivos de tal exclusão eram dois: ajudar e controlar os alunos portadores de deficiência.

² Alves, Nilda & Villardi, Raquel. Múltiplas leituras da nova LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei n°. 9394/96). Rio de Janeiro: Dunya, 1999, p. 18.

Fonte: Stainback, Susan & Stainback, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes médicas Sul, 1999, p. 28.

Fonte: Morin, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro, 2001, p. 27

Os alunos com deficiências eram encarados como obstáculos para o funcionamento tranquilo das escolas e das salas de aula, pois careciam de habilidades para enfrentar as exigências acadêmicas e disciplinares. Achava-se que sua presença prejudicaria a aprendizagem dos outros alunos ou que até mesmo teria uma influência moral subversiva. Sobre isto afirma Morin:

“ O poder imperativo e proibitivo dos paradigmas, determina os estereótipos cognitivos, as ideias recebidas sem exame, as crenças estúpidas não-contestadas, os absurdos triunfantes, a rejeição de evidências em nome da evidência, faz reinar em toda parte os conformismos cognitivos e intelectuais”.

Para garantir que essas influências subversivas fossem contidas, foram estabelecidas algumas escolas e instituições especiais para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência, como o Colégio dos Santos Anjos e a Escola Estadual Instituto Pestalozzi.

A estrutura e a organização destes ambientes segregados foram baseados no controle. Durante o século XX, as instituições consolidaram-se em número e seu principal resultado foi o controle e não a assistência.

“ A visão de que as pessoas com deficiência tinham pouco potencial para atender às exigências da sociedade contribuiu para que se chegasse a esse resultado”.

(Stainback, Susan. 1999, p. 28).

Este ponto de vista foi desmistificado em Salamanca, em que os delegados da Conferência proclamaram: “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”; e ainda “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”.⁴

A perspectiva das limitações foi predominante no passado e tem muitos seguidores até hoje. Segundo este ponto de vista, a tarefa dos educadores é determinar, melhorar ou preparar os alunos que não foram bem-sucedidos, sem esforços planejados para adaptar as escolas às necessidades, aos interesses ou às capacidades particulares desses alunos. Os que não se adaptam aos programas existentes são relegados a ambientes segregados. Assim expressa Perrenoud.⁵

“ Se a escola fabrica fracassos e desigualdades, isso se deve à atual organização escolar, que favorece pedagogias rotineiras e contém mecanismos que transformam as diferenças pessoais e culturais em desigualdades escolares”.

O ponto de vista das limitações está sendo pouco a pouco substituído pela perspectiva do grupo minoritário, que reivindica que as organizações e os ambientes educacionais sejam adaptados, melhorados e preparados para atender às necessidades de todos os alunos.

Segundo este ponto de vista reafirmaram os delegados da Conferencia Mundial de Educação Mundial de Educação Especial, em Salamanca.

⁴ Declaração de Salamanca, 1994.

⁵ Perrenoud, Philippe. A pedagogia na sala das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre, 2001, p. 122.

Fonte: Stainback, Susan & Stainback, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes médicas Sul, 1999, p. 28.

“ Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles: atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais”.

Dessa forma, enfatiza Ofler, pesquisador em educação, quando se fala em Educação Inclusiva, percebe-se que ela faz parte de um sistema social e econômico que mudou. Este sistema vem se dando conta de que estigmatiza e exclui a seus próprios participantes. E acrescenta:

“ A inclusão (na sociedade, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde etc) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida”. (Ofler, 1983, p.72)

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA NOVA LDB

A evolução da Educação Especial brasileira está muito ligada às instituições de natureza privada e de caráter assistencial, que acabam por assumir um caráter supletivo do Estado, na prestação de serviços educacionais, e uma parte influencia na definição de políticas públicas. Nesse contexto, as instituições têm propiciado a maior parte do atendimento educacional especializado, quase sempre gratuito e bastante dependente do repasse das verbas públicas, principalmente da educação.

Fonte: Ofler, Alvin. A terceira onda. Rio de Janeiro: Record, 1983, p. 72.

Perrenoud, Philippe. A pedagogia na sala das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre, 2001, p. 122.

Declaração de Salamanca, 1994.

Pelo Estado, aumentam as oportunidades, mais a partir dos anos 60, pela abertura das classes especiais, principalmente para deficientes mentais, junto às escolas públicas; classes que nascem e crescem para absorver as deficiências leves: os alunos cujos problemas são detectados já dentro do sistema escolar; classes cuja história se inscreve na ampliação do ensino básico, na incorporação de alunos de estratos economicamente desfavorecidos.

É a partir da década de 70 que se configura uma política mais na linha escolar, aqui incluindo os vários desdobramentos institucionais da Lei nº. 5.692/71, como a fundação do Centro Nacional da Educação Especial, a implantação de setores de educação especial nas secretarias estaduais de educação e de cursos de formação de docentes especializados na área.

De algum modo, a despeito das críticas acumuladas com relação ao caráter discriminatório das classes especiais e ao atendimento segregado e tipicamente assistencialista das instituições, as “necessidades educativas especiais” se tornaram mais presentes nas discussões e práticas da educação geral.

O ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO GERAL

No Capítulo V da nova LDB, específico da Educação Especial, parece apropriada a redação do art. 58, reafirmando a preferência pela rede regular de ensino e os deveres do Estado e da Educação pública. É importante que a leitura da expressão “serviços de apoio especializado na escola regular” do parágrafo 1º ajude a firmar a noção de que as opções da escola regular não se reduzem ao atendimento exclusivo em classe especial ou classe comum, mas permitem flexibilidade de planos de apoio intermediários ou combinados. O ponto nos parece importante porque o sistema segregado nas classes das escolas públicas pode ter

consolidado práticas anti-integradoras ou resistentes à inovação. Outro destaque está no parágrafo 3º, definindo a oferta de Educação Especial para a população de zero a seis anos. Essa perspectiva pode ajudar a suprir a grande carência de vagas para as crianças pequenas com necessidades especiais.

No art. 59, que procura detalhar “o que é especial no ensino especial”, o inciso II destaca as possibilidades de terminalidade específica (alunos com deficiência), e de aceleração (para os portadores de altas habilidades), itens que permitem uma flexibilidade importante para a área. A questão da terminalidade afeta os alunos que não têm conseguido aproveitar os anos de estudos realizados nas escolas e instituições se não concluem o 1º grau. A mesma noção de flexibilidade e adaptação está presente no inciso IV, que trata de educação e trabalho.

O inciso III prevê “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

No art. 60, o destaque é a prioridade conferida à ampliação do atendimento na rede pública regular, como preferencial ao apoio às instituições especializadas.

Nota-se, em síntese, que o capítulo contém pontos que podem sinalizar avanços em termos de integração dos ensinos regular e especial e de ampliação da responsabilidade do ensino público.

DECLARAÇÃO DA SALAMANCA

Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direito de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

A Declaração de Salamanca é também considerada inovadora porque, conforme diz seu próprio texto, ela “...proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de ‘educação para todos’ firmada em 1990 (...) promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem”.⁸

A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. Assim, a ideia de necessidades educacionais especiais” passou a incluir além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos

armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.

Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Segundo o documento, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

“ Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva”.

(Menezes. Ebenezer Takuno de; Santos, Thais Helena dos. “ Declaração de Salamanca” (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil. São Paulo: Midiamix, 2002.).

O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação Inclusiva não surgiu ao acaso. Ela é um produto histórico de uma época e realidades educacionais contemporâneas. Uma época que exige que se abandone muitos estereótipos e preconceitos.

As articulações mais amplas em relação aos novos rumos da Educação Especial, em sua vertente mais socializada, podem ser encontradas originalmente em 1968, em um relatório da UNESCO a respeito dos contextos educacionais da época.

Neste relatório foi expresso o seguinte:

“ A opinião geral do grupo é que as políticas nacionais adotadas em matéria de educação especial devem orientar-se a assegurar a igualdade de acesso à educação e a integrar a todos os cidadãos na vida econômica e social da comunidade. Os objetivos da educação especial destinada às crianças com deficiências mentais, sensoriais, motoras ou afetivas são muito similares aos da educação geral, quer dizer: possibilitar ao máximo o desenvolvimento individual das aptidões intelectuais, escolares e sociais. Os membros do grupo apontaram que o ideal seria poder estabelecer um plano de educação porá cada criança desde a mais tenra idade, adotando aos programas da flexibilidade conveniente para cada caso”⁹

O paradigma da inclusão reconhece em primeiro lugar a especificidade do sujeito e não a sua deficiência. Além disso, ele dá um passo a mais ao perceber que não se encontra no sujeito os rumos do seu processo de desenvolvimento, mas no contexto social onde ele é colocado.

Os partidários da inclusão crêem que é preciso garantir, desde o início, que o deficiente adquira um lugar na comunidade, tenha amigos e um bom trabalho.

O conceito necessidades educativas especiais deve, na verdade, ser sempre remetido ao processo próprio de cada criança, e não ao de um grupo ou categoria específico. Individual tem sido a alternativa mais escolhida pelo professor que trabalha no Paradigma da Inclusão para avaliar os seus alunos.

No Brasil, pode-se perceber que se tem lidado com a transição do Paradigma de Integração para o da Inclusão com um enorme despreparo. O professor do ensino regular não aprendeu a lidar com os alunos diferentes ou deficientes. Por sua vez, também o professor do ensino regular e os seus alunos. Ele ficou preso na especificidade de sua formação. Ele sempre aguardou que o sistema educacional mudasse por si mesmo e resolvesse um dia incorporar os seus alunos. Ou ainda pior, muitos professores passaram a acreditar que não há nenhuma perspectiva de inclusão possível. O aluno tem que ficar onde está e o professor trabalhar da mesma maneira.

Nem o professor do ensino regular encontra-se preparado para trabalhar com o aluno deficiente e nem o professor do ensino especial encontra-se preparado para dar assessoria aos professores do ensino regular. E as conseqüências destas práticas educativas tanto da Educação Comum quanto da Educação Especial são as ausências e o fracasso escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo, pôde-se traçar o contexto histórico da Educação Especial brasileira e assim, entender que segregação e atitudes como a identificação de recursos, são encarados como discriminação social e uma negação de habilidades para a cidadania participativa. E compreender que uma escola inclusiva é um lugar do qual todos fazem parte,

em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar, para que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas.

O distanciamento da segregação facilita a inclusão incondicional de todos os alunos na ensino regular. Na esperada expansão da inclusão, será necessário monitorar os efeitos da restrição financeira que se está tornando uma marca dos nossos tempos. Pois a inclusão não é, nem se deve tornar, uma maneira conveniente de justificar cortes orçamentários que podem pôr em risco a provisão de serviços essenciais. Além disso, não é um movimento oriundo de políticos brasileiros atuais para cortar verbas e prejudicar mais ainda os professores do ensino regular. É um movimento mundial que visa a implantação de uma educação menos estigmatizadora para todos.

A inclusão genuína não significa a inserção de alunos com deficiência em classes do ensino regular sem apoio para professores ou alunos. O principal objetivo do ensino inclusivo não é economizar dinheiro: é servir adequadamente a todos os alunos. As pessoas com deficiência necessitam de instruções, de instrumentos, de técnicas e de equipamentos especializados. Todo este apoio para alunos e professores deve ser integrado e associado a uma reestruturação das escolas e das classes.

Assim, conclui-se que os apoios devem ser centrais, e não periféricos, à educação regular. Dessa maneira, os benefícios do ensino inclusivo podem atingir todos os alunos, professores e a sociedade em geral. Pois a inclusão é mais que um modelo para a prestação de serviços de educação especial. É um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção.

Por isso, o desafio é estender a inclusão a um número maior de escolas e comunidades e, ao mesmo tempo, ter em mente que o principal propósito é facilitar e ajudar a aprendizagem e o ajustamento de todos os alunos, os cidadãos do futuro.

As escolas e comunidades tornar-se-ão tão boas quanto for decidido torná-las.

Cabe à escola inclusiva preparar o aluno para o sucesso profissional e vida independente provendo profissionalização e programa de desenvolvimento de habilidades e conhecimentos. Além de preparar a própria escola para incluir nela o aluno portador de deficiência.

A inclusão defende a necessidade de se adaptar a sociedade às pessoas e não adaptar as pessoas à sociedade. A noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. A meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo.

As escolas inclusivistas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades.

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nilda & Villardi, Raquel. Múltiplas leituras da nova LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº. 9.394/96). Rio de Janeiro: Dunya, 1999.

Declaração de Salamanca, 1994.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; Santos, Thais Helena dos. **Declaração de Salamanca**. São Paulo, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília (DF): UNESCO, 2001.

OFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

STAINBACK, Susan & Stainback, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes médicas Sul, 1999.

UNESCO. A educação especial: Situação atual e tendências na investigação. Salamanca: Síngueme, 1968.

[http: www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionário.asp?id=109](http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionário.asp?id=109). acesso em 7/2/2009.